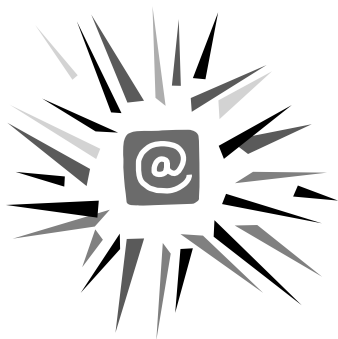
The title 'A MÁQUINA DO ÓDIO' is centered on the page. It is surrounded by a burst of radiating lines of varying lengths and shades of gray, creating a sense of impact and energy. The lines are arranged in a roughly circular pattern around the text.

**A MÁQUINA
DO ÓDIO**



PATRÍCIA CAMPOS MELLO

A MÁQUINA DO ÓDIO

NOTAS DE UMA REPÓRTER
SOBRE FAKE NEWS
E VIOLÊNCIA DIGITAL

COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2020 by Patrícia Campos Mello

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Capa e projeto gráfico
Alceu Chiesorin Nunes

Preparação
Maria Emilia Bender

Revisão
Isabel Cury
Valquíria Della Pozza

Índice remissivo
Luciano Marchiori

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Mello, Patrícia Campos

A máquina do ódio : notas de uma repórter sobre fake news e violência digital / Patrícia Campos Mello. — 1ª ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2020.

ISBN 978-85-359-3362-8

1. Comunicação de massa – Censura 2. Jornalismo – Aspectos políticos 3. Jornalismo – Brasil 4. Notícias falsas 5. Política – Brasil 6. Violência I. Título.

20-38097

CDD-070.449320981

Índice para catálogo sistemático:

I. Brasil : Jornalismo e política 070.449320981

Cibele Maria Dias – Bibliotecária – CRB-8/9427

[2020]

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

facebook.com/companhiadasletras

instagram.com/companhiadasletras

twitter.com/cialetras

*Para meus amores: meu filho,
Manuel (Tugo), minha mãe,
Regina, e meu pai, Hélio*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: COMO AS REDES SOCIAIS ME TRANSFORMARAM EM UMA “JORNALISTINHA” COMUNISTA.....	9
1. A ELEIÇÃO DO WHATSAPP NO BRASIL.....	21
2. ASSASSINATO DE REPUTAÇÕES, UMA NOVA FORMA DE CENSURA.....	75
3. FATOS ALTERNATIVOS E A ASCENSÃO DE POPULISTAS NO MUNDO.....	123
4. BOLSONARO E O MANUAL DE VIKTOR ORBÁN PARA ACABAR COM A MÍDIA CRÍTICA.....	167
CONCLUSÃO: SERÁ QUE UMA PANDEMIA PODE SALVAR O JORNALISMO?.....	229

EPÍLOGO.....	249
<i>AGRADECIMENTOS.....</i>	251
<i>NOTAS.....</i>	253
<i>ÍNDICE REMISSIVO.....</i>	277
<i>SOBRE A AUTORA.....</i>	293

INTRODUÇÃO

COMO AS REDES SOCIAIS ME TRANSFORMARAM EM UMA “JORNALISTINHA” COMUNISTA

Num dia de fevereiro de 2019, o Manuel entrou no meu quarto e falou:

— Mamãe, tem um vídeo na internet de um cara te xingando. Posso assistir com você?

Meu filho tinha acabado de completar sete anos. Eu havia deixado que ele criasse um canal no YouTube para gravar vídeos enquanto jogasse video game. Era privado, ninguém podia acessar. Mas para entrar era preciso escrever meu nome — e a primeira coisa que aparecia no Google quando ele digitava Patrícia Campos Mello era o tal vídeo, com uma foto minha ao lado de uma outra do então candidato a deputado federal Alexandre Frota, e a legenda: VAGABUNDA SEM VERGONHA.

Assistimos juntos ao filme de oito minutos. Desclassificada, sem-vergonha, mentirosa, petista — esses eram alguns dos termos que Frota usava para me descrever, mostrando fotos minhas. Tentei explicar.

— Fiz umas reportagens no ano passado, tem gente que gostou, tem gente que não gostou. Esse cara aí do vídeo não gostou, por isso está xingando a mamãe.

O Manuel não sossegou.

— Mas, mãe, ele está te chamando de sem-vergonha. Isso é muito grave.

Pensei, pensei, e a única coisa que me veio à cabeça foi uma justificativa bem pueril.

— Filho, esse cara aí fazia filme pelado. A mamãe nunca fez filme pelada. Quem você acha que é sem-vergonha?

Cheguei a achar a história divertida, até me ocorrer que qualquer um que buscasse meu nome no Google ia se deparar, logo de cara, com aquele vídeo.

Desde 18 de outubro de 2018 vivo num mundo bizarro. Naquela quinta-feira, publiquei na *Folha de S.Paulo*, jornal onde trabalho há nove anos, uma reportagem sobre o disparo em massa de mensagens por WhatsApp contra Fernando Haddad, na ocasião candidato do PT à Presidência. Faltavam dez dias para o segundo turno da eleição, marcado para 28 de outubro. A matéria trazia à baila a existência de empresários que planejavam contratar agências de

marketing para enviar milhões de mensagens e influenciar o resultado.

O esquema feria a legislação eleitoral brasileira em diversos aspectos. Conforme a lei nº 13.488/2017, é proibido contratar pessoas ou mecanismos para mandar pela internet mensagens ou comentários que ofendam a honra ou prejudiquem a imagem de um candidato ou partido. O mais grave, no entanto, era que poderia configurar caixa dois indireto. Como o Supremo Tribunal Federal (STF) havia entendido em 2015 que só pessoas físicas poderiam contribuir para campanhas, as doações de empresas foram vetadas desde então. E todas precisam ser declaradas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e constar da prestação de contas dos candidatos.

A notícia caiu como uma bomba e foi usada politicamente pelos dois lados. Com base na matéria, o PT e outros adversários de Jair Bolsonaro pressionaram pela impugnação de sua candidatura. Já os apoiadores do ex-capitão do Exército — que afirmara que as eleições haviam sido fraudadas e que ele tinha vencido já no primeiro turno — espalharam que a matéria era falsa e que a *Folha* apoiava o candidato do PT.

Mas a coisa não parou por aí.

A reportagem foi publicada no site do jornal às duas horas da manhã do dia 18 de outubro. Pouco

depois, comecei a sofrer um processo de desconstrução nas redes sociais.

Encontraram uma entrevista que eu havia dado a estudantes da PUC em 2013. Nela, alguém me perguntava sobre meu posicionamento político. E eu, erro supremo, respondia: “Eu sou uma pessoa de esquerda, sempre votei no PT, mas isso não interfere na minha cobertura jornalística, todos os jornalistas votam em alguém, mas nossa obrigação é separar isso e não imprimir viés à cobertura”.

Jornalistas que cobrem política devem obedecer a uma regra de ouro não escrita: jamais revelar o voto. É óbvio que todos nós votamos em alguém, e isso não faz com que assumamos determinado posicionamento político em tudo o que escrevemos. Mas escancarar o voto pode alterar a percepção que se tem sobre o que publicamos e nos deixa sujeitos justamente a esse tipo de ataque — de que seguimos esta ou aquela orientação.

Naquele longínquo ano de 2013 eu não escrevia sobre política nacional. Mesmo assim, não deveria ter dado a declaração, é claro. O erro estava feito.

O vídeo foi editado, nem é preciso dizer, e o clipe de cinco segundos, com a frase “Eu sou uma pessoa de esquerda, sempre votei no PT”, viralizou. Em poucos minutos eu tinha virado “putinha do PT”, “vaga-bunda comunista”, “jornalisticinha comunista” e daí

para baixo. Houve uma proliferação de memes com meu rosto e as legendas — MENTIROSA, JORNALISTA PETISTA etc.

Bots, robôs que postam mensagens automatizadas no Twitter e no Facebook, rapidamente sequestraram a narrativa e alçaram as hashtags #CadêAsProvas e #MarqueteirosDoJair aos trending topics, os temas mais falados nas redes. Começou a circular a foto de uma loira ao lado do Fernando Haddad em campanha, com a legenda: “Gente, preste atenção, não é fake news — isto que está acontecendo é sério e realidade o que esta máfia organizada estão (sic) fazendo para continuar no poder... compartilhe, compartilhe, compartilhe — esta é a jornalista Patrícia Campos Mello, que fez matéria contra Bolsonaro na *Folha*”.

Não era eu. A mulher da foto não tinha nenhuma semelhança comigo.

Recebi milhares de mensagens ofensivas no Facebook, no Twitter e no Instagram. Fechei todas as minhas redes sociais. Em uma delas, o Facebook, um fulano afirmava: “Se você quer a segurança do seu filho, saia do país. Não é uma ameaça, é um aviso”. Manuel tinha seis anos.

Hackearam meu celular. Textos a favor de Bolsonaro foram disparados a partir da minha conta no WhatsApp. Várias mensagens sumiram (por sorte eu tinha backup de tudo o que importava para a matéria).

Em e-mails, eleitores de Bolsonaro passaram a ser convocados a aparecer em eventos de que eu participaria. As mensagens traziam data, horário e endereço e diziam: “A jornalista petista vai. Vão lá”.

Tive que cancelar tudo por um mês.

Uma vizinha, moradora do prédio ao lado do meu, no mesmo conjunto, abria a janela e gritava, quando eu estava na portaria: “Chupa, petista! Aêê Bolsonaro!”.

Ligaram no meu celular: “Sua vagabunda petista mentirosa. Vou na sua casa destruir sua cara”.

O jornal resolveu me arrumar um guarda-costas — na verdade, era mais um motorista, para eu não ficar andando sozinha, sujeita a receber uma garrafada na cabeça atirada por algum maluco.

Cobri o conflito na Líbia em Sirte, no front contra o Estado Islâmico. Fiz coberturas da guerra na Síria, no Iraque e no Afeganistão. Nunca tive guarda-costas. Estava em São Paulo, e precisava de segurança.

Ao mesmo tempo, recebi flores e mensagens de apoio de desconhecidos. “Você é um orgulho para nós, continue na luta”, escreveu um grupo de mulheres. Circulavam postagens dizendo #SomosTodasPatricia-CamposMello, muita gente prestou solidariedade.

Em alguns dias, deixei de ser conhecida só no meu meio, por reportagens internacionais de guerra, refugiados e ebola, e passei a ser uma pessoa odiada

e xingada. Por outro lado, me vi alçada a símbolo da luta pela liberdade de expressão e pelos direitos das mulheres.

E a única coisa que eu tinha feito era uma matéria.

Aquela dinâmica se transformou em padrão — toda vez que eu publicava alguma reportagem incômoda, destampava-se a panela do ódio.

Jair Bolsonaro foi eleito em 28 de outubro de 2018.

No dia 14 de dezembro daquele ano, peguei um avião para cobrir uma conferência em Doha. Quando desembarquei no Qatar, dezesseis horas depois, descobri que tinha sido tanto condenada como premiada. Fora vítima de duas fake news.

A primeira “notícia” dizia que eu havia sido condenada a pagar uma indenização de 200 mil reais ao presidente Jair Bolsonaro, depois de o ministro do STF Luís Roberto Barroso ter concluído que minha reportagem sobre disparos de WhatsApp na eleição não teria se baseado em provas. A “informação” trazia uma foto minha ao lado de outra de Bolsonaro, e fora postada num perfil supostamente oficial do STF — era do STF “oficialanal”. É óbvio que ninguém prestou atenção nem percebeu o trocadilho infame. Passei a ser bombardeada com mensagens e xingamentos pelo Twitter e pelo Facebook. O irmão de uma amiga, eleitor do ex-capitão, ligou para ela, exultante, mal

contendo a *Schadenfreude*, o prazer com a minha desgraça: “E aí, de onde é que ela vai tirar esses 200 mil reais, hein?”.

Na outra notícia falsa, eu havia sido eleita a “Brasileira do Ano” da *Folha de S.Paulo*, por ser “Guardiã da Verdade”. A “notícia” fora divulgada num dos muitos perfis falsos paródicos da colunista Mônica Bergamo no Twitter. Tratava-se de uma alfinetada, porque naquela mesma semana a revista *Time* havia escolhido alguns jornalistas como “Pessoas do Ano”, dizendo que eram guardiões da verdade em um mundo onde fake news e manipulação de narrativas imperavam. Além dos profissionais que receberam o título, a reportagem citava de passagem alguns outros que vinham sendo ameaçados por escrever matérias críticas a seus governos, e eu era um deles.

Era nitidamente um absurdo o jornal nomear personalidade do ano uma pessoa da casa, sem contar que não existe tal honraria. Mas estava lá o meu rosto, o logotipo da *Folha*, enfim, parecia real. E muita gente bem-intencionada e bem informada retuitou, dando munição para blogueiros bolsonaristas, que caíram matando em cima da “imprensa tradicional”.

Um sujeito que passa a vida no Twitter elogiando o governo e ofendendo metade dos jornalistas e políticos retuitou a fake news da condecoração dizendo:

“O autocentrismo da imprensa brasileira é tamanho que, na ânsia de bajular uma colega de ideologia, Miriam Leitão acredita numa postagem fake (‘Monica Bengamo’), não vendo nada de estranho no título ‘Guardiã da Verdade’ conferido à pretensa agraciada. Mais um vexame!”. Não passou muito tempo, e o presidente eleito, que naquela época já tinha mais de 1 milhão de seguidores, replicou a postagem.

Resultado: quando pisei no saguão do aeroporto, meu celular piscava centenas de ofensas e cumprimentos no WhatsApp, no Twitter, no Facebook. E eu não tinha levantado um dedo.

Ou tinha? Coincidentemente, naquela semana, em parceria com o repórter Artur Rodrigues, eu havia escrito duas reportagens sobre o papel das mídias sociais nas eleições. Numa delas, mostramos como CPFs e chips de celular eram fraudados para efetuar disparos em massa de mensagens políticas por WhatsApp durante a eleição. Na outra, como, mesmo passado o segundo turno, continuavam muito ativos os *bots* e *trolls*, também chamados *sockpuppets*, perfis que são militantes, pagos ou não.

Lembrei da história de uma mulher que, prestes a embarcar para a África do Sul para visitar a família, tuitou: “*Going to Africa. Hope I don’t get AIDS. Just kidding. I’m white!*” [Estou indo para a África. Espero não pegar Aids. Brincadeira, eu sou branca]. O

voo durou onze horas. Foi o tempo de a mensagem viralizar e virar trending topic. Começaram a pulular agressões: “Espero que você seja despedida e que pegue aids”. Memes com o rosto dela. E ela no voo, sem wi-fi. Detalhe: até aquele momento ela só tinha 170 seguidores no Twitter. Justine Sacco era chefe de relações públicas de uma empresa de mídia, acreditem se quiserem. E foi demitida — também pelo Twitter.

Ao contrário da executiva, eu não tinha feito um comentário racista nas redes ou uma piada de mau gosto, nem externara opinião ou cometera um textão. Eu havia escrito uma reportagem.

Ouvi várias fontes — muitas em off, de pessoas que não queriam se identificar, pois quem é que falaria em on sobre financiamento ilegal de campanha em plena campanha? Mas tinha comigo trocas de mensagens e depoimentos. Saíram várias outras reportagens, minhas e de outros repórteres, com fotos, áudios, declarações.

Mesmo depois que o WhatsApp admitiu que durante as eleições de 2018 a plataforma havia servido, de maneira ilegal, a envios em massa, a vontade de enterrar a história prevaleceu no Tribunal Superior Eleitoral. O TSE não ouviu os repórteres, os donos das agências nem o próprio WhatsApp no início da investigação.

Desde 2018, intensificaram-se os ataques contra a imprensa. Temos cada vez mais uma realidade paralela moldada pelas redes sociais. Com auxílio de *bots* e *trolls*, que insuflam vozes mais radicais das redes e contaminam o resto, é possível, num estalar de dedos, transformar uma reportagem em opinião paga pela esquerda, escrita por jornalistas “comunistas”. E fazer da *Folha de S.Paulo* um “jornal financiado pelo PT”. Logo a *Folha*, que revelou a existência do sítio de Atibaia de Lula, o mensalão, e causou a queda do então ministro Antonio Palocci por faturar milhões ilegalmente com uma consultoria.

Não somos os únicos. Nas Filipinas, na Índia ou nos Estados Unidos, políticos recorrem a exércitos de *trolls* e *bots* para construir narrativas que os favoreçam. É este o novo mundo em que vivemos: fatos são moldáveis.

Ainda assim, eu achava que nunca mais viveria algo tão avassalador quanto aquele primeiro linchamento virtual. Estava enganada. As coisas iam piorar, e muito.



1. A ELEIÇÃO DO WHATSAPP NO BRASIL*

Joseph Goebbels, ministro da Propaganda da Alemanha nazista, lançou o Volksempfänger em 1933, ano em que Adolf Hitler se tornou chanceler do país. A ideia, como diz o nome — em alemão significa “rádio do povo” —, era criar um rádio popular, vendido a um preço extremamente baixo, equivalente a 20% do valor de um aparelho comum.

Os rádios do povo tinham alcance limitado e as únicas estações que pegavam direito eram as alemãs — que funcionavam sob censura e transmitiam basicamente pronunciamentos do Führer, música clássica e folk alemã, além de notícias filtradas e propaganda enaltecendo o nazismo. À noite, às vezes era possível captar o sinal de emissoras estrangeiras, como a BBC, mas quem fosse pego ouvindo uma estação de país inimigo poderia ser preso.

Uma propaganda da época mostrava um dos comi-

* Em *A máquina do ódio* aproveitei parcialmente algumas das reportagens que publiquei na *Folha de S.Paulo* desde 2014.